

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

KARINE GOMES FERREIRA

**RELIGIOSIDADE COLONIAL E O COMBATE À FEITIÇARIA: INFLUÊNCIAS
HISTÓRICAS E REFLEXOS NAS RELIGIÕES ATUAIS**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2024

KARINE GOMES FERREIRA

**RELIGIOSIDADE COLONIAL E O COMBATE À FEITIÇARIA: INFLUÊNCIAS
HISTÓRICAS E REFLEXOS NAS RELIGIÕES ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para A obtenção do grau de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

DELMIRO GOUVEIA-AL

2024

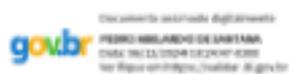
Folha de aprovação

KARINE GOMES FERREIRA

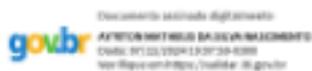
**RELIGIOSIDADE COLONIAL E O COMBATE À FEITIÇARIA: INFLUÊNCIAS
HISTÓRICAS E REFLEXOS NAS RELIGIÕES ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de licenciada em História.

BANCA EXAMINADORA:



Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
Universidade Federal de Alagoas



Examinador interno: Prof. Me. Ayrton Mathews da Silva Nascimento
Universidade Federal de Sergipe

Examinador externo: Prof. Me. Vinícius Alves de Mendonça
Secretaria de Educação – SEDUC/AL

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida, e por ter me ajudado a ultrapassar e vencer todos os obstáculos do curso. A minha mãe, Auxiliadora Gomes e meus irmãos em especial minha irmã Gêmea Karolayne Gomes, que me incentivou e me ajudou nos momentos mais difíceis ao longo desse processo.

Aos professores, pelos ensinamentos que me permitiram ter um melhor desempenho no meu processo de formação profissional. Agradeço também a meus amigos, Tâmara Maria, Lidiane Lins, Ana Maria Barros, José Lucas, e Diego pelo grande incentivo durante a graduação.

Dedico este trabalho em especial a minha família e meu orientador, Professor Pedro Abelardo que me auxiliou durante o processo de formação e construção desse trabalho.

“Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e corporifica no presente. Temos que saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos” (Freire)

RESUMO

A religiosidade colonial caracteriza-se por diversas manifestações de crença e prática religiosa influenciada principalmente pelo catolicismo dos colonizadores europeus, pelas crenças indígenas e africanas. Paralelamente, surgiram práticas consideradas como bruxaria, feitiçaria e outras formas de magia popular, que muitas vezes entravam em conflito com a ortodoxia religiosa e moral vigente. Essas práticas religiosas de origem afro-brasileira surgiram como forma de resistência dos escravizados e outros indivíduos e marginalizados. Desse modo, este estudo objetivou averiguar o papel da religiosidade colonial e o combate à bruxaria, feitiçaria e outras práticas do universo popular no contexto da colonização do Brasil. Sendo realizada uma revisão da literatura para compreender o contexto histórico, cultural e social que influenciou a religiosidade colonial e o combate às práticas consideradas como heréticas ou supersticiosas. Assim, essa análise busca ampliar o entendimento sobre as dinâmicas religiosas e sociais do período colonial brasileiro, bem como suas repercussões na contemporaneidade. Os resultados obtidos destacaram a coexistência e conflito entre a religião oficial dos colonizadores europeus, e as práticas religiosas populares de origem indígena ou africana. Foi observado que a igreja e o Estado colonial adotaram diversas estratégias para lidar com essas manifestações, incluindo a perseguição, repressão e controle das práticas consideradas como ameaças à ortodoxia religiosa e à moralidade da sociedade.

Palavras-chave: Religiosidade colonial; feitiçaria; circularidade de crenças.

ABSTRACT

Colonial religiosity is characterized by diverse manifestations of religious belief and practice, influenced mainly by the Catholicism of the European colonizers, and by indigenous and African beliefs. At the same time, practices considered as witchcraft, sorcery, and other forms of popular magic emerged, which often conflicted with the prevailing religious and moral orthodoxy. These religious practices of Afro-Brazilian origin emerged as a form of resistance by enslaved people and other marginalized individuals. Thus, this study aimed to investigate the role of colonial religiosity and the fight against witchcraft, sorcery, and other practices of the popular universe in the context of the colonization of Brazil. A literature review was carried out to understand the historical, cultural, and social context that influenced colonial religiosity and the fight against practices considered heretical or superstitious. Thus, this analysis seeks to broaden the understanding of the religious and social dynamics of the Brazilian colonial period, as well as their repercussions in contemporary times. The results obtained highlighted the coexistence and conflict between the official religion of the European colonizers and popular religious practices of indigenous or African origin. It was observed that the church and the colonial state adopted several strategies to deal with these manifestations, including persecution, repression and control of practices considered as threats to religious orthodoxy and the morality of society.

Keywords: Colonial religiosity; witchcraft; circularity of beliefs.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DISCUTINDO ACERCA DA RELIGIOSIDADE COLONIAL.....	11
2.1 Uma contextualização sobre a Inquisição e a religiosidade colonial	14
2.2 Estereótipos construídos historicamente pela Igreja Católica sobre outras religiões	16
3 ASSOCIAÇÃO ENTRE RELIGIÃO POPULAR, BRUXARIA E FEITIÇARIA	19
3.1 Religiões de origem afro-brasileiras.....	20
3.2 A demonização como forma de combate a outras religiões	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

A religiosidade colonial e o combate à bruxaria, feitiçaria e outras práticas do universo popular são aspectos diretamente ligados à história do Brasil colonial, delineando assim as interações entre diferentes sistemas de crenças, poderes institucionais e culturais durante esse período (Barcelos, 2021).

De acordo com Suris e Silva (2021), a bruxaria e feitiçaria caracterizam-se como sendo dois aspectos distintos, de acordo com sua análise, a bruxaria é caracterizada como uma ação involuntária e realizada de forma não consciente, sendo esta praticada por certos indivíduos, que possuem um suposto poder psicofísico herdado geneticamente. Por outro lado, a feitiçaria é definida como uma prática voluntária e que é feita de maneira totalmente consciente, adquirida através de ensinamentos e aprendizado, o feitiçeiro, neste contexto, é aquele que utiliza técnicas de magia com intenções negativas.

Faz-se necessário considerar que, durante a colonização do Brasil, a religião desempenhou papel pertinente na vida cotidiana das pessoas, influenciando tanto as práticas espirituais quanto também as estruturas sociais, políticas e econômicas da época. Assim, a presença da Igreja Católica, enquanto instituição dominante, moldou nas crenças, rituais religiosos, e, sobretudo, o governo, as relações de poder e até mesmo as práticas econômicas, estabelecendo-se como instituição imprescindível na organização da sociedade colonial (Carneiro, 2019; Silva e Silva, 2023).

Ao mesmo tempo, as práticas religiosas populares, incluindo a bruxaria e a feitiçaria, emergiram como expressões de resistência por aqueles indivíduos escravizados e marginalizados ou oprimidos pelo sistema colonial, dessa maneira, essas práticas ofereciam espaços de resistência onde as comunidades podiam preservar suas identidades culturais e espirituais, mantendo vivas suas crenças e tradições frente às imposições das autoridades coloniais (Nogueira, 2020).

Salienta-se que as religiões afro-brasileiras foram alvo de intensa perseguição e repressão por parte das autoridades eclesiásticas e civis, que viam nessas práticas uma ameaça à ordem social e religiosa estabelecida, a luta contra a bruxaria e feitiçaria representava, portanto, um esforço para manter a unidade e o controle sobre a população (Silva; Silva, 2023).

O universo popular, marcado por suas manifestações culturais e religiosas distintas, era constantemente monitorado e reprimido pelas autoridades coloniais, as crenças em seres sobrenaturais, práticas de cura e rituais mágicos eram vistos como desvios perigosos da

ortodoxia cristã e eram duramente punidos. Desse modo, a Inquisição foi um dos principais instrumentos utilizados para o combate à bruxaria e feitiçaria durante a colonização, através de métodos cruéis, a instituição buscava punir e erradicar qualquer forma de magia popular considerada como heresia.

Buscaremos responder a seguinte questão problematizadora: Como as práticas de bruxaria, feitiçaria e outras expressões do universo popular foram percebidas, combatidas e influenciaram as questões religiosas e sociais durante o período colonial no Brasil? O trabalho apresenta como objeto de estudo averiguar o papel da religiosidade colonial e o combate à bruxaria, feitiçaria e outras práticas do universo popular no contexto da colonização do Brasil.

Tendo como objetivos específicos: discutir a respeito da religiosidade colonial; averiguar como era realizada a inquisição religiosa; analisar as crenças e práticas religiosas predominantes durante o período colonial brasileiro; aludir sobre os estereótipos construídos pela igreja católica contra as religiões afro-brasileiras e averiguar as práticas de intolerância religiosa frente ao combate da bruxaria e feitiçaria.

A realização dessa pesquisa é de suma relevância, levando em consideração que as questões abordadas neste estudo são debates históricos e, sobretudo, contemporâneos, especialmente no que diz respeito à preservação da diversidade religiosa e ao combate à intolerância religiosa, tendo em vista que, conhecer o passado, sem dúvidas, é fundamental para a compreender e enfrentar os desafios do presente. Além de contribuir para a qualificação de professores no sertão de Alagoas (Santana, 2023).

Após definido o tema da investigação, foi problematizada a questão em estudo, e posteriormente, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa, os quais norteiam uma revisão da literatura com o propósito de examinar os aspectos relacionados à religiosidade colonial e ao combate à bruxaria, feitiçaria e outras práticas do universo popular.

Este estudo consiste em uma análise bibliográfica visando compreender a natureza desse fenômeno, através do qual foi possível adquirir uma compreensão aprofundada de suas origens e implicações, culminando em conclusões de grande pertinência. Assim, percebe-se então que a revisão bibliográfica tem como objetivo explicar um problema com base em referências teóricas provenientes de artigos, livros, dissertações e teses, visando fundamentar e abordar os temas propostos.

O processo de revisão seguiu várias etapas, incluindo a identificação da questão central da pesquisa, a busca por estudos pertinentes sobre o assunto, à seleção dos estudos e a análise dos dados dos estudos selecionados. A pesquisa foi conduzida utilizando bancos de dados e bibliotecas como o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o *Google*

Acadêmico. Palavras-chave relevantes como religiosidade colonial, feitiçaria, bruxaria, religião afro-brasileira, intolerância religiosa foram utilizadas durante a busca.

Para a seleção dos estudos, foram aplicados critérios específicos de análise, incluindo uma avaliação cuidadosa dos títulos e resumos das publicações, somente os estudos que estavam alinhados com a temática foram considerados, e em seguida, uma análise completa dos textos foi realizada. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados no período de 2015 a 2024, disponíveis na íntegra e nos idiomas português e inglês. Por outro lado, foram excluídos artigos que não estavam relacionados com a temática, bem como aqueles que se repetiam ou estavam incompletos. A análise dos resultados envolveu a síntese de cada estudo incluído na revisão, além de comparações entre as pesquisas.

2 DISCUTINDO ACERCA DA RELIGIOSIDADE COLONIAL

Em primeiro viés, faz-se imprescindível trazer uma abordagem inerente à religiosidade durante o período do Brasil Colonial, no entanto, ressaltamos que discutir acerca dessas questões religiosas é uma tarefa consideravelmente complexa considerando todos os fatores históricos que as permeiam (Oliveira, 2021). É preciso levar em consideração que, durante toda a extensão do período colonial brasileiro, a religião ocupava um papel central na sociedade, não se restringindo apenas ao aspecto espiritual, mas também desempenhando um papel importante na estruturação e organização da colônia (Chahon, 2014).

Ante ao exposto, é notório que, a presença da religião na colônia ia além de sua estrutura e organização eclesiástica, tendo em vista que ela estava ligada às esferas econômica, política e social, exercendo influência abrangente e transversal em diversos aspectos da vida colonial, de tal forma que sua presença permeava tanto o cotidiano das pessoas quanto as estruturas de poder.

Era quase que inegável o poder de influência exercido pelo âmbito religioso, tanto é que ela emergia como um instrumento fundamental no que concerne a manter a organização colonial, já que exercia controle social e moral sobre a população, estabelecendo normas de comportamento e mantendo a ordem vigente. Além disso, atuava também como um importante agente de legitimação do poder político, estando estritamente ligada aos interesses das elites coloniais (Paradiso, 2019).

No aspecto econômico, a religião também desempenhava um papel relevante, entretanto ela envolvia o sistema de arrecadação de impostos, como o dízimo, que era

destinado à Igreja. Não obstante, era denotado ainda que, as ordens religiosas possuíam vastas propriedades rurais, exercendo influência na produção agrícola e no comércio de produtos (Oliveira, 2021).

Não restringindo-se somente a isso, é possível delinear que a presença da religião na colônia também se manifestava nas estruturas sociais, é preciso partir do pressuposto de que a Igreja possuía um papel ativo no controle das relações sociais, promovendo a hierarquia e a manutenção das desigualdades de poder. Além disso, o catolicismo era a religião oficial do Estado, o que conferia à Igreja um status privilegiado e influência na esfera política (Vieira; Oliveira; Castro Netto, 2019).

É então indubitável o papel da religiosidade para a manutenção e, sobretudo, assecuração dos interesses dos colonizadores sob os habitantes do Brasil, ao destacar-se como uma instituição autoritária e dominante, ela não apenas legitimava o poder colonial, mas também servia como instrumento de controle sobre a população, usando-se da fé e de doutrinações religiosos que fomentavam práticas de domínio, de tal maneira que houvesse a submissão da sociedade (Paradiso, 2019).

É importante delinear que a religião católica que veio com alguns portugueses emergiu como sendo um veículo de valores, crenças e práticas, tornando-se, portanto, um instrumento estratégico para a legitimação do processo de colonização, os missionários católicos desempenharam um papel imprescindível na conversão e catequização dos povos indígenas, contribuindo assim para a construção de uma base cultural e religiosa que unificou os colonizadores e os habitantes nativos, essa unificação facilitou a aceitação das práticas coloniais e a manutenção do controle sobre a população.

Quanto a isso, delinea-se ainda que as instituições religiosas foram responsáveis por estabelecer normas morais, regulamentar práticas cotidianas e, por vezes, atuar como intermediárias entre os colonizadores e a população local. Isto se deu, em parte, porque, desde as primeiras relações construídas entre os colonizadores e os nativos, foi construída a concepção de que os brasileiros estariam suscetíveis à conversão religiosa, essa percepção, fundamentada na visão eurocêntrica da época, tornou-se um fator determinante que impulsionou Pero Vaz de Caminha a dirigir uma carta ao rei de Portugal, na qual solicitava alguns missionários, os quais estariam designados a realizar o trabalho de evangelizar a nova colônia (Vieira; Oliveira; Castro Netto, 2019).

A atitude de solicitar missionários para a Colônia, por parte de Caminha, não pode ser desvinculada dos interesses variados que permeavam a empreitada colonial portuguesa vale destacar que o processo de conversão dos indígenas ao cristianismo não apenas atendia a uma

missão espiritual, mas estava associado à estratégia de consolidação do domínio português sobre o território recém-descoberto.

De acordo com Côrrea (2018), a religião, nesse contexto, era percebida como uma ferramenta que poderia não apenas moldar as crenças dos nativos, mas também facilitar a aceitação das práticas coloniais impostas. Contudo, por trás da aparente motivação religiosa, os interesses políticos e econômicos desempenharam um papel significativo na decisão de Caminha.

A conversão dos indígenas não apenas estendia a influência cultural portuguesa, mas também podia ser instrumentalizada para justificar a presença e a exploração econômica na Colônia, de tal maneira que a presença de missionários poderia servir como intermediária entre os colonizadores e os nativos, estabelecendo laços que beneficiassem as relações comerciais e políticas.

A intensidade da presença da religião no Brasil Colônia não apenas causou mudanças na vida dos habitantes do país, mas também desempenhou um papel crucial no fortalecimento do catolicismo, que estava abalado na Europa devido à Reforma Protestante. Neste ínterim, o catolicismo, ao ser difundido no contexto colonial brasileiro, encontrou um terreno fértil para prosperar, assim, a atuação intensiva das instituições religiosas contribuiu para a consolidação e expansão do catolicismo, exercendo influência não apenas sobre os aspectos espirituais da sociedade, mas também na conformação de valores culturais e práticas sociais (Oliveira, 2021).

Esse fortalecimento do catolicismo no Brasil Colônia desempenhou um papel significativo na preservação da ortodoxia católica, contrastando com os desafios apresentados pela Reforma Protestante na Europa. Um ponto que vale ser enfatizado durante todo esse processo, é que a imposição da fé católica aos indígenas e negros do Brasil envolveu uma série de estratégias adaptativas por parte da Igreja.

Ao reconhecer a diversidade cultural e espiritual existente na colônia, a Igreja Católica teve que abrir mão de certos conceitos e práticas que poderiam ser incompatíveis ou pouco eficazes nesse novo contexto, essa flexibilidade, de maneira inegável, permitiu uma abordagem mais pragmática, adequando-se às crenças e costumes locais, o que, por sua vez, facilitou a aceitação da nova fé por parte das populações nativas (Costa *et al.*, 2018).

Paralelo a isso, a Igreja reconheceu então a necessidade de incorporar elementos da cultura local, criando uma síntese única que possibilitou a difusão mais efetiva da fé católica. Essa abordagem não apenas facilitou a conversão, mas também contribuiu para uma maior

integração da Igreja no tecido social da colônia, consolidando seu papel como uma instituição central na vida dos habitantes.

2.1 Uma contextualização sobre a Inquisição e a religiosidade colonial

O contexto histórico em que o Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição, emergiu foi marcado pela Reforma Protestante e pelas respostas da Igreja Católica a essa ameaça. O Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foi responsável por estabelecer as bases para a contrarreforma católica. Durante esse concílio, foi criado o Tribunal do Santo Ofício como uma instituição dedicada a combater a heresia e restabelecer a ortodoxia religiosa (Rolon, 2022).

Um dos principais objetivos do tribunal era buscar a homogeneização da fé, a Igreja Católica sentia a necessidade de afirmar sua autoridade e impedir a disseminação de ideias consideradas perigosas para a estabilidade da instituição. Dessa forma, o Santo Ofício se dedicava a identificar e reprimir o que considerava ser doutrinas heréticas, perseguindo e punindo aqueles que se afastassem da ortodoxia religiosa estabelecida.

O tribunal tinha amplos poderes para investigar, interrogar, julgar e punir os acusados de heresia. Utilizava métodos como tortura e inquéritos secretos para obter confissões e informações sobre outras pessoas envolvidas em atividades consideradas heréticas. Além disso, aquelas que eram consideradas culpadas poderiam ser condenadas à morte na fogueira, como aconteceu com muitos hereges durante os séculos em que o tribunal esteve em vigor (Silva, 2018).

Apesar de sua missão central de buscar a ortodoxia religiosa, o Tribunal do Santo Ofício também teve um papel político significativo. Muitas vezes, suas ações eram motivadas por preocupações políticas e pela necessidade de manter a estabilidade social e política. Frente a isso, torna-se relevante destacar que a inquisição se tornou uma ferramenta para a Igreja Católica exercer poder sobre os reinos e impérios onde estava presente, mantendo o controle sobre a população e consolidando a influência da Igreja em questões não só religiosas, mas também políticas (Vieira; Oliveira; Castro Netto, 2019).

A atuação dos inquisidores no Brasil colonial era fundamental para o controle e repressão de qualquer atividade considerada herética ou contrária à fé católica. Como aqui não existia tribunal de inquisição, essa atuação se dava tanto por meio das visitações, em que os inquisidores chegavam às regiões e cidades coloniais para averiguar denúncias e investigar

suspeitos, como também por meio de uma rede de informantes e colaboradores locais (Chahon, 2014).

Através dessas visitas, os inquisidores buscavam identificar e julgar indivíduos que praticassem atividades de religião não católicas, como o judaísmo e o protestantismo. Além disso, eles também investigavam casos de bigamia, sodomia, blasfêmia e outros crimes considerados como heresia ou pecado grave. Uma vez que os inquisidores apuravam as denúncias e acusavam os suspeitos, eram estes encaminhados ao Tribunal de Lisboa, em Portugal, para que fossem julgados. Dessa forma, a jurisdição dos inquisidores abrangia todo o território brasileiro, mesmo sem a presença física de um tribunal local.

É importante ressaltar que a atuação dos inquisidores no Brasil colonial resultou em um período de forte repressão e controle social, a presença constante dos inquisidores e a ameaça constante de julgamento incentivavam a população a denunciar qualquer comportamento suspeito, o que levava a um clima de desconfiança e medo. A interferência dos inquisidores na vida religiosa e pessoal dos colonos impactou a sociedade brasileira da época, influenciando nas práticas religiosas e moldando a identidade cultural do país (Paradiso, 2019).

De acordo com as observações de Siqueira (1978), a necessidade imperiosa que os colonos enfrentaram na Colônia os conduziu a uma prática de hibridismo cultural, caracterizada pelo sincretismo religioso. Nesse contexto, o sincretismo religioso emerge como uma marca distintiva, evidenciando uma religiosidade popular colonial que, mesmo diferindo dos padrões católicos tradicionais, não foi combatida nem mesmo pelos jesuítas, a principal ordem religiosa presente no Brasil durante o período colonial.

Ou seja, ficou denotado que, na colônia, houve um intenso processo de interação e assimilação das crenças e práticas religiosas europeias trazidas pelos colonizadores com as diversas religiões indígenas e africanas existentes na região. Essa interpenetração resultou na formação de uma religiosidade com características distintas, sendo denominada de religiosidade colonial, haja vista que apresentava especificidades restritas a ela.

Essa religiosidade colonial apresentava uma mescla de elementos cristãos europeus com rituais e crenças indígenas e africanas, dessa forma, surgiram expressões culturais e religiosas únicas, como o sincretismo religioso, que é a fusão de elementos de diferentes tradições religiosas. Por exemplo, o culto aos orixás africanos pode ser observado no Candomblé, uma religião afro-brasileira que se desenvolveu a partir da influência das religiões africanas trazidas pelos escravizados, mas também incorpora elementos católicos (Rolon, 2022).

Além disso, existiam práticas religiosas consideradas heterodoxas pela Igreja Católica, como o culto aos santos e anjos fora dos rituais e santuários oficiais. Essas práticas eram vistas como desvios da doutrina católica, mas eram toleradas e até mesmo praticadas pelos próprios colonizadores, devido à falta de controle eclesiástico efetivo na colônia.

Segundo a análise de Siqueira (1978), a explicação para a relativa ausência de vigor da Inquisição no Brasil em comparação com Portugal reside nas peculiaridades da Colônia. A natureza diversa do ambiente natural, aliada às dinâmicas sociais, econômicas e culturais singulares da Colônia, impediu a replicação integral do mesmo regime inquisitorial adotado na Metrópole, sem causar prejuízos à estrutura local.

A Instituição não se pôde transplantar porque não encontrou receptividade na nova mentalidade que se elaborava no Brasil. O Santo Ofício, onde e quando atuou na Colônia, ajustou-se à nova realidade, exercendo então neste tempo a vigilância que o ambiente permitiu. Não se reeditaram simplesmente na Colônia as instituições metropolitanas. O meio diferia, diferiam as concepções de mundo e as formas de vida. Embora portuguesa, a Colônia foi, desde seu início, original (Siqueira, 1978, p.312).

Fica evidente que todas as características peculiares da Colônia emergiram como uma grande emblemática no que concerne a uma implementação eficaz do regime de inquisição, de tal forma que eles precisaram adaptar-se às mais variadas distinções, dando origem a religiosidade colonial, que a certo modo, apesar de mesclar várias religiões e crenças visava impedir que houvesse o empoderamento de outras religiões em detrimento da católica (Paradiso, 2019).

Ao longo do tempo, a instituição eclesiástica, de forma proeminente, adotou a criação de estereótipos como uma ferramenta para controlar e desencorajar o crescimento de outras correntes religiosas. Essa abordagem, além de evidenciar a busca por preservar a predominância da fé católica, também sinaliza a complexidade das interações religiosas ao longo da história.

2.2 Estereótipos construídos historicamente pela Igreja Católica sobre outras religiões

Conforme já discutido anteriormente, é notório que, ao longo dos anos, a Igreja Católica foi desenvolvendo um rol de estereótipos estritamente relacionados as outras religiões, de tal forma que a sociedade construísse uma concepção errônea e deixasse de seguir outras doutrinas. Para tanto, o primeiro passo foi à materialização do conceito de demonolatria e tal forma que essa foi uma estratégia deliberada da Igreja para consolidar seu

poder e hegemonia religiosa, ao reinterpretar as tradições pagãs como manifestações demoníacas (Reis; Lopes, 2017).

Ao associar os antigos deuses aos agentes do mal, a Igreja conseguiu justificar o combate a essas crenças e práticas, que eram percebidas como uma ameaça à ortodoxia católica. A demonolatria serviu, portanto, como uma ferramenta ideológica crucial para deslegitimar e suprimir os vestígios do paganismo que resistiam na sociedade.

Predisposto isso, Igreja Católica conseguiu centralizar o controle sobre as práticas religiosas e impor uma narrativa única, alinhada aos seus interesses. Esse fenômeno não apenas reflete a dinâmica de poder no contexto religioso, mas também evidencia como as instituições eclesiásticas moldaram ativamente a percepção social das práticas mágicas, consolidando-se como uma autoridade normativa na Europa medieval (Miranda; Melo, 2020).

Essa proposição é igualmente aplicável ao contexto do Brasil colonial, a demonização das divindades e práticas rituais nativas foi uma estratégia deliberada para deslegitimar as tradições indígenas, retratando-as como manifestações pagãs e, por conseguinte, associando-as ao mal. Essa abordagem, semelhante à demonolatria medieval na Europa, permitiu à Igreja Católica justificar a repressão das crenças indígenas sob a alegação de combatê-las como práticas heréticas e ligadas ao Demônio (Reis; Lopes, 2017).

Paralelamente, o Estado colonial encontrou na catequização uma justificativa ideológica para sua dominação sobre os povos nativos, o processo de catequização não apenas serviu aos interesses religiosos da Igreja, mas também proporcionou ao Estado uma base ideológica para legitimar sua presença e controle sobre as populações indígenas. A conversão forçada ao catolicismo muitas vezes estava ligada à imposição de uma ordem social e política que favorecia os colonizadores (Gevehr; Souza, 2014).

Não restringindo-se somente a isso, faz-se pertinente inferir que, o Diabo era frequentemente retratado como uma figura maligna e tentadora, e essa representação era estendida às divindades pagãs, criando uma associação simbólica que justificava a condenação e repressão dessas crenças. Dessa maneira, essa estratégia não apenas fortalecia o monopólio religioso da Igreja Católica, mas também fornecia uma justificativa teológica para a intolerância religiosa e a imposição de uma única cosmovisão (Bento, 2022).

Além disso, ao associar as divindades pagãs ao Diabo, a Igreja Católica estigmatizava essas tradições como heréticas e incompatíveis com a fé cristã. Essa prática contribuía para a marginalização das crenças não cristãs, desencorajando sua prática e desvalorizando suas contribuições culturais e espirituais.

Vale discutir que a figura do Demônio introduzida pela doutrina cristã emergiu como um veio viável no que concerne a explicar o porquê de existir o mal e, sobretudo as mazelas e situações adversas na vida, considerando a premissa de um Deus supostamente benevolente. A Igreja, diante da aparente contradição entre a bondade divina e a presença de malefícios no mundo, propôs a ideia de que Deus permitiu ao Diabo intervir na vida humana e vir ao mundo para que pudesse punir assim aqueles que careciam de fé (Miranda; Melo, 2020).

Essa abordagem teológica visava reconciliar a crença em um Deus benevolente com a presença de infortúnios na experiência humana. Ao responsabilizar o Diabo pelos males e desafios enfrentados pelos seres humanos, a doutrina cristã oferecia uma explicação lógica para a coexistência de bondade divina e sofrimento terreno (Vieira; Oliveira; Castro Netto, 2019).

Essa concepção permitia à Igreja manter a ideia da justiça divina, justificando os infortúnios como consequências da atuação do Diabo sobre aqueles que supostamente desviavam-se da fé. Além disso, a introdução do Diabo na teologia cristã também serviu como uma estratégia para consolidar o poder eclesiástico, ao estabelecer a necessidade da fé como um escudo contra a influência demoníaca, a Igreja reforçava sua posição como guardiã da salvação e promotora da ortodoxia religiosa. A ameaça do Diabo tornou-se, assim, uma ferramenta demasiadamente pertinente para incentivar a devoção, fomentar o temor religioso e consolidar a autoridade eclesiástica sobre a compreensão da vida espiritual (Rolon, 2022).

Além disso, a igreja corroborou de forma demasiada para a construção da concepção de que o Demônio ingressava no mundo humano por meio de pactos e possessões, consolidando, dessa maneira, a ligação entre magia e demonolatria. Isto implica dizer que os pactos frequentemente estavam, portanto, relacionados a práticas mágicas, sendo então interpretados como acordos malignos que abriam a porta para a influência demoníaca, essa associação contribuiu para a formação da ideia de bruxaria e feitiçaria caracterizada por atividades mágicas frequentemente percebidas como ameaçadoras pela Igreja e pelas autoridades seculares (Paradiso, 2019).

Não obstante, no Brasil colonial, existiam também algumas práticas supersticiosas que permeavam o cotidiano popular e que não eram automaticamente identificadas como manifestações demoníacas pela população, essas práticas faziam parte do contexto cultural e social, sendo aceitas ou, pelo menos, toleradas pela comunidade, muitas vezes sem a conotação negativa associada à demonolatria. Assim, mesmo que as fronteiras entre magia, superstição e demonolatria estivessem interligadas, havia uma flexibilidade na interpretação dessas práticas, dependendo do contexto cultural e das percepções sociais da época. No

entanto, a religião católica passou a propagar que todas essas práticas eram malignas e contribuíam para que o demônio viesse por intermédio delas (Silva, 2018).

3 ASSOCIAÇÃO ENTRE RELIGIÃO POPULAR, BRUXARIA E FEITIÇARIA

Na cultura Zande, da África Central, ambas a bruxaria e a feitiçaria são consideradas ações moralmente condenáveis e são vistas como opostas à "boa magia". Enquanto a boa magia é praticada para propósitos benéficos, como cura ou proteção, a bruxaria e a feitiçaria são associadas a danos e malefícios (Silva, 2007).

No contexto antropológico, a magia é caracterizada pelo uso de elementos materiais e práticas rituais para influenciar eventos ou resultados futuros. De acordo com E. Evans-Pritchard *et al.* (2017) Marcel Mauss (2018), elementos como o conjuro, o rito e a execução são fundamentais na prática da magia. O conjuro refere-se às palavras ou fórmulas específicas utilizadas durante o ritual, enquanto o rito engloba os gestos, movimentos e procedimentos realizados para ativar o poder mágico (Pinheiro, 2021).

Não obstante, a magia é ainda caracterizada como sendo: “constituída por atos que são apenas meios para um fim objetivo que se espera vir a desenrolar posteriormente” (Malinowski, 1984, p. 90).

Quando se discute a respeito do contexto histórico da bruxaria e feitiçaria no Brasil, é possível identificar um aparato de aspectos pertinentes, sobretudo, durante o período do Brasil Colônia. Vale aludir que a tradição europeia teve forte influência na difusão dessas práticas religiosas, as quais se mesclaram às práticas indígenas já existentes no Brasil, formando um cenário de sincretismo religioso (Barbosa, 2020).

Ao longo do tempo, essas crenças sincréticas foram enriquecidas com a chegada dos africanos escravizados ao Brasil, as tradições religiosas africanas, como o Candomblé e a Umbanda, foram incorporadas ao contexto cultural brasileiro, influenciando profundamente as práticas de magia e feitiçaria, essa fusão de elementos europeus, indígenas e africanos resultou na formação de um corpus de crenças sincréticas, onde diferentes tradições religiosas se entrelaçavam e interagiam de maneiras complexas. Assim, a história da bruxaria e feitiçaria no Brasil colonial não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim dentro de um contexto de um rol de influências culturais e religiosas (Martins; Clarindo; Campos, 2023).

3.1 Religiões de origem afro-brasileiras

De maneira geral, faz-se necessário delinear que as religiões de matriz afro-brasileiras, são práticas religiosas que emergiram por volta do século XVI quando os negros chegaram no Brasil, representando, entre outras coisas, uma resistência a escravidão ao qual esses povos foram submetidos por muitos anos (Nogueira, 2020).

Assim, com o desencadear dos anos, e, em consonância a isso, com a urbanização que vinha ocorrendo no Brasil, ficou perceptível que os escravizados passaram a organizar-se em grupos para a prática de rituais, de modo a se preparar também para reivindicar as condições de vida precárias, “era nesses locais, localizados nos subúrbios, que os compatriotas realizavam escondidos as cerimônias religiosas africanas, se preparando também para revoltas” (Bastide, 1974, p. 13). Inerente a isso, originou-se então o que hoje se denomina candomblé no Brasil, bem como outras religiões.

Por volta da metade do século XIX, com a presença de escravos, negros e libertos e seus descendentes nas grandes cidades, quando a população negra conheceu maiores possibilidades de integração entre si, com maior liberdade de movimento e maior capacidade de organização (...) quando tradições e línguas estavam vivas em razão de chegada recente, criou-se no Brasil o que talvez seja a reconstituição cultural mais bem acabada do negro no Brasil, capaz de preservar-se até os dias de hoje: a religião afro-brasileira (Prandi, 2000, p. 59).

Predisposto isso, é então perceptível que as religiões afro-brasileiras emergem como sendo formas de resistência e, sobretudo, preservação da cultura dos descendentes dos escravos, que foram marginalizados mesmo após a abolição da escravatura, essas práticas religiosas incorporam elementos da cultura africana, como língua, culinária, artes e concepções religiosas, retratando uma forma de manter viva a herança étnica e espiritual dos africanos escravizados. Ante ao exposto, os grupos de negros nas diferentes cidades recriaram os cultos religiosos, mantendo vivas as tradições e firmando identidades religiosas próprias, em oposição à dominação da sociedade branca e cristã (Prandi, 2022).

Através dos rituais, danças e oferendas, os seguidores das religiões afro-brasileiras pedem a proteção dos orixás e buscam a harmonia entre o corpo, a mente e o espírito, a presença das religiões de matriz africana no Nordeste demonstram e dar ênfase a resistência e a força cultural dos povos negros que foram trazidos como escravos para o Brasil (Beniste, 2020).

Hoje em dia, essas religiões são parte importante da identidade cultural da região, influenciando a música, a dança e as festas populares, a história e a tradição das religiões afro-brasileiras no Nordeste são fundamentais para compreender a diversidade e a riqueza

espiritual do país. Através das práticas religiosas, os nordestinos mantêm vivas as tradições e os ensinamentos dos antepassados, preservando uma forma de religiosidade que coexiste com outras crenças e práticas espirituais.

Exu, orixá mensageiro entre os homens e os deuses, está associado ao poder de fertilização, considerado a força transformadora das coisas; Ogum, orixá da guerra e do fogo; Oxóssi, orixá da mata, umas das divindades mais populares no candomblé; Obaluaiê, orixá das epidemias; Ossain, deus das folhas no candomblé, do poder medicinal; Xangô, senhor dos raios e do trovão; Oxum, deusa iorobana da água-doce, dos lagos, das fontes e das cachoeiras; Iemanjá, tida como mãe de todos os orixás, deusa das águas, louvada também como rainha do mar, mãe d'água, sereia, Iara etc.; Oxalá, orixá da criação, são exemplos de orixás cultuados no país (Carneiro, 2019, p. 4).

Concomitante a isso, as entidades que são cultuadas tanto pela Umbanda quanto pelo Candomblé caracterizam-se como sendo espíritos de luz que influenciam de maneira diretamente proporcional a vida de seus adeptos das mais variadas formas, a principal característica inerente a essas religiões é, de fato, a crença no sobrenatural e, principalmente, na magia, sendo fundamentais para o seu funcionamento o conhecimento e o uso dessas forças místicas.

Os praticantes se reúnem em pequenos grupos dentro de espaços conhecidos como terreiros, liderados por uma autoridade máxima que pode ser uma mãe ou pai-de-santo, esses líderes são responsáveis por orientar e conduzir as práticas religiosas, além de representar a ligação entre os fiéis e as divindades (Prandi, 2022).

A expressão "família de santo" é comumente utilizada para descrever os integrantes desses grupos de culto, destacando a forte ligação e convivência comunitária existente entre eles, os terreiros são considerados locais sagrados onde são transmitidos valores, tradições, visões de mundo e práticas rituais específicas (Franco, 2021).

Além disso, nesses espaços são vivenciadas experiências sensoriais, como aromas, sabores e ritmos, que contribuem para a construção da identidade religiosa e cultural dos adeptos, os terreiros são, portanto, fontes de significado e vivência para os praticantes do Candomblé e Umbanda, representando locais de encontro e experiência espiritual dentro das comunidades afro-brasileiras (Carneiro, 2019).

Assim, conforme já elencado, além da importância cultural e espiritual dessas religiões afro, é inegável a sua relevância no que diz respeito a resistência dos povos africanos frente a situações de violência e escravidão. Mas, conforme é preciso levar em consideração que, desde quando surgiram, essas religiões enfrentam um cenário constantemente permeado por desafios, preconceito e, em alguns casos, até violência devido à intolerância religiosa (Barbaresco, 2024).

No geral, esse contexto conturbado é principalmente derivado porque as religiões afro-brasileiras emergiram e se desenvolveram em um contexto marcado pelo catolicismo como religião oficial. Para sobreviver e se adaptar, o candomblé e a umbanda adotaram práticas sincréticas, incorporando elementos da religião católica em seus rituais e divindades (Nogueira, 2020; Barbaresco, 2024).

Com a presença dos orixás africanos e dos santos católicos, as religiões de matriz africana conseguiram se estabelecer e ganhar espaço no cenário religioso brasileiro. No entanto, mesmo com essa adaptação, o candomblé e a umbanda ainda enfrentam preconceito e discriminação, fruto de uma herança cultural que marginalizou e criminalizou qualquer tipo de manifestação religiosa que não fosse o catolicismo.

Apesar dos desafios enfrentados, o candomblé e a umbanda mantiveram sua identidade e singularidade, preservando tradições ancestrais e fortalecendo vínculos com a cultura afro-brasileira, essas religiões continuam a atrair adeptos e a exercer influência na sociedade brasileira, contribuindo para a diversidade religiosa e para a luta contra a intolerância religiosa. Mas, é preciso ressaltar o quanto ainda essa religião sofre preconceito, perseguição e, principalmente, estereótipos que são frequentemente construídos e associados à umbanda e o candomblé, de tal maneira que seus adeptos são constantemente discriminados (Donel; Hahn, 2021).

3.2 A demonização como forma de combate a outras religiões

Como já aludido ao desencadear da presente pesquisa, é possível elencar que a umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras surgiram frente a um cenário complicado, onde havia escravidão e grande negligência em relação as pessoas negras, dessa maneira, essas religiões eram, de fato, uma forma de resistir a essa grande discriminação.

Mas, desde a implementação dessas práticas religiosas foi notório um rol de perseguições e ataques advindos da própria sociedade, como também as autoridades vigentes das colônias, de tal maneira que suas práticas foram criminalizadas e seus seguidores foram estigmatizados, devido ao preconceito e à intolerância em relação às expressões culturais africanas (Barcelos, 2021).

Essa intolerância perdura até os dias atuais, manifestando-se em diferentes formas de discriminação e violência contra as comunidades de praticantes das religiões afro-brasileiras, a falta de reconhecimento e respeito por essas tradições religiosas é, entre outras coisas,

resultado de uma sociedade ainda marcada pelo racismo e pela exclusão, que se recusa a aceitar a diversidade cultural e religiosa, a não prática da tolerância e o desrespeito às diferenças são obstáculos para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática (Santos, 2020).

Nesse contexto, a luta pela existência e pela valorização das religiões afro-brasileiras é uma luta por direitos humanos e por justiça social, de tal maneira que, se torna fundamental reconhecer a importância dessas tradições religiosas na formação da identidade cultural brasileira e garantir o direito de seus seguidores de praticarem sua fé livremente, sem medo de discriminação ou perseguição, a promoção da tolerância e do respeito à diversidade religiosa é um desafio para a sociedade brasileira, que necessita superar seus preconceitos e construir relações mais igualitárias e respeitadas (Barcelos, 2021).

Concomitante a isso, essas religiões foram demonizadas e associadas a figura maligna, como uma forma de reprimir e, principalmente, controlar o número de adeptos a elas, acreditava-se então que, ao associá-las ao demônio, seria então evitado que novas pessoas aderissem a elas (Nogueira, 2020).

Vale ressaltar que a intolerância religiosa praticada contra as religiões afro-brasileiras se manifesta das mais variadas formas, desde agressões verbais, físicas, até mesmo ao desrespeito e ataques diretos contra os espaços de culto, mas, sem dúvidas, a pior da intolerância é a constante disseminação de ideias de demonização dessas religiões (Carneiro, 2019).

Essas ações representam uma violação dos direitos fundamentais das comunidades afro-religiosas, que têm o direito constitucional à liberdade de crença e culto, o cenário de intolerância tem raízes históricas que remontam ao período colonial, quando as religiões afro-brasileiras eram perseguidas e reprimidas pelas autoridades coloniais, que viam essas práticas como uma ameaça ao poder estabelecido.

A herança desse contexto de discriminação e preconceito perdura até os dias atuais, refletindo-se em manifestações de intolerância que prejudicam a livre expressão da fé e a prática religiosa das comunidades afro-religiosas, inerente a isso, a persistência da intolerância religiosa no cenário afro-religioso tem impactos significativos nas vidas das pessoas que praticam essas religiões (Borges; Botelho, 2022).

Além de sofrerem discriminação e violência física e verbal, os praticantes de religiões afro-brasileiras enfrentam dificuldades para manterem suas tradições e rituais, muitas vezes sendo obrigados a praticar sua fé de forma clandestina ou restrita (Silva; Silva, 2023).

A demonização das divindades cultuadas nessas religiões também contribui para a marginalização e estigmatização dessas comunidades, reforçando estereótipos negativos que perpetuam a intolerância e o preconceito.

Os preconceitos e ações contra esse grupo, o de praticantes das religiões afro, em todos os países americanos em que essas religiões são praticadas, tem a ver com a formação da estrutura estatal sob a colonial modernidade, visto que, para o colonizador, evangelizar as populações submetidas (indígenas e africanos escravizados) era parte fundamental da empreitada colonial (Fernandes, 2017, p. 118).

Durante a sociedade colonial, as práticas religiosas dos negros eram frequentemente estigmatizadas como formas de magia, feitiçaria e curandeirismo, sendo associadas ao mal e vistas com desconfiança. A igreja católica era a principal instância responsável por perseguir e reprimir essas práticas, consideradas como ameaças à ortodoxia religiosa e à moralidade da sociedade. Com o passar do tempo, essa perseguição se estendeu a outros setores da sociedade, perpetuando a marginalização das religiões de matriz africana (Borges; Botelho, 2022).

A criminalização das práticas religiosas continuou a ser uma realidade no Brasil republicano, com a criação de mecanismos legais destinados a regular e combater o que era considerado como "feiticeiros" e "charlatães". O Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, por exemplo, estabelecia penas severas para aqueles que eram acusados de crimes contra a saúde pública no contexto de suas atividades religiosas, essas medidas contribuíram para a persistência da discriminação e perseguição às religiões de matriz africana, reforçando a ideia de que tais práticas eram socialmente inaceitáveis e merecedoras de punição (Nogueira, 2020; Carneiro, 2019).

Arelado a isso, delinea-se ainda que muitos terreiros de umbanda e candomblé, por exemplo, são alvos de ataques e violência por parte de grupos fundamentalistas e intolerantes. A desconstrução desses estigmas requer um esforço contínuo de educação e conscientização, para que as religiões afro-brasileiras sejam respeitadas em sua diversidade e riqueza cultural (Silva; Silva, 2023).

A demonização dessas práticas religiosas tem sido então uma forma de combate e controle por parte das instituições e indivíduos que se consideram superiores ou detentores de valores morais e éticos mais elevados. Através da demonização, as religiões afro-brasileiras são retratadas como sendo ligadas ao mal, à magia negra e à bruxaria, buscando assim justificar a exclusão e a violência contra seus praticantes (Fernandes, 2021).

A influência do cristianismo, aliada ao preconceito e à discriminação racial, contribuiu para a perpetuação da demonização e exclusão das religiões afro-brasileiras, a falta de compreensão e respeito pela diversidade religiosa tem levado a atos de violência, vandalismo e repressão contra terreiros e praticantes dessas religiões (Lima, 2023).

Não restringindo-se somente a isso, salienta-se ainda que a demonização das religiões de matriz africana também está relacionada à construção de uma identidade nacional que privilegia a branquitude e a cultura europeia, relegando as práticas e crenças africanas a um plano inferior e marginalizado na sociedade brasileira, a negação da pluralidade religiosa e cultural do país contribui para a perpetuação da exclusão e discriminação das religiões afro-brasileiras, reforçando uma narrativa de superioridade e intolerância (Pereira; Santos; Olete, 2023).

Diante disso, é fundamental reconhecer e valorizar a importância das religiões de matriz africana na formação da identidade cultural brasileira e na luta contra a opressão e a discriminação, neste sentido a diversidade religiosa é um elemento essencial da sociedade democrática e plural, e é preciso garantir o respeito e a liberdade de expressão para todas as manifestações de fé.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou constatado ao longo do presente que, desde os primórdios da colonização, a religião foi utilizada como instrumento de controle social, legitimando a dominação colonial e reprimindo as manifestações religiosas que não se enquadravam nos padrões estabelecidos pela Igreja Católica, de tal maneira que influenciou a estruturação do poder e das relações sociais na sociedade colonial.

Observou-se que a religião oficial, representada pela Igreja Católica, muitas vezes utilizou o combate à bruxaria, feitiçaria e outras práticas do universo popular como uma forma de consolidar sua autoridade e legitimidade, uma vez que, essas práticas eram vistas como ameaças à ortodoxia religiosa e à moralidade da sociedade colonial.

Para além disso, ficou ainda evidente que, sem dúvidas, a violência e a intolerância religiosa foram marcas registradas do período colonial, com a perseguição às práticas do universo popular sendo considerada uma forma de controlar a população e manter a hegemonia do cristianismo oficial.

Por outro lado, ficou denotado que, as religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, surgiram como formas de resistência e preservação da cultura dos povos africanos escravizados, representando uma ruptura com as normas impostas pela sociedade dominante, essas religiões incorporaram elementos da religião católica e de outras tradições espirituais, adaptando-se às condições adversas do contexto colonial e pós-colonial.

Ficou ainda denotado que, ao longo dos séculos, as religiões afro-brasileiras têm enfrentado discriminação, perseguição e violência por parte da sociedade dominante e das instituições religiosas estabelecidas, de tal maneira que, a demonização das divindades e práticas religiosas afro-brasileiras contribuiu para a marginalização e estigmatização dessas comunidades, perpetuando estereótipos negativos e reforçando a ideia de sua inferioridade moral e espiritual.

Mas, é imprescindível delinear que, de fato, a valorização das religiões afro-brasileiras como parte integrante da identidade cultural do Brasil é fundamental para a promoção da diversidade religiosa e o combate ao preconceito e à intolerância, assim, reconhecer o legado e a contribuição dessas religiões para a formação da sociedade brasileira emerge como sendo essencial para construir uma sociedade mais inclusiva. Portanto, é fundamental que se continue a estudar essas questões, a fim de promover uma maior compreensão e respeito pelas diferentes formas de religiosidade e espiritualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Monique Oliveira. O racismo estrutural e a crise de intolerância religiosa no Brasil. **Intertem@**, v. 40, n. 40, 2020.

BARCELOS, Zuleica do Carmo Garcia. O diálogo inter-religioso como estratégia de combate a intolerância religiosa sofrida pelas tradições afro-brasileiras. **Último Andar**, v. 24, n. 38, p. 199-217, 2021.

BASTIDE, Roger. **As Américas Negras**. São Paulo: Difel/EdUSP, 1974.

BENISTE, José. **História dos Candomblés do Rio de Janeiro**. Editora Bertrand Brasil, 2020.

BENTO, Heloisa Helena. Desdemonização das religiões afro-brasileiras. **Atualidade Teológica**, v. 26, n. 70, 2022.

BORGES, Nadyne Aparecida Martins Romão; BOTELHO, Daniela Garcia. Intolerância religiosa: a dificuldade na denúncia sobre a violência sofrida por grupos religiosos de matriz

africana no brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 7, p. 729-750, 2022.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: uma violência histórica. **Anais... IX Jornada Internacional de Política Pública, São Luís**, p. 1-12, 2019.

CHAHON, Sergio. Visões da religiosidade católica no Brasil Colonial. **Revista Digital Simonsen, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 1, p. 85-99, 2014.

COSTA, Erinan Lins *et al.* Discursos etnocêntricos na construção da religiosidade no Brasil colonial: da fragmentação cultural à homogeneização religiosa. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências-RIEC**, v. 1, n. 3, p. 272-291, 2018.

DONEL, Maiara Taiane; HAHN, Noli Bernardo. Discurso de ódio e intolerância religiosa no brasil: a contribuição da internet e das redes sociais. **Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)**, p. 185, 2021.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *et al.* Ethno-Sociologie. **Département De Sociologie**, p. 15, 2017.

FERNANDES, Nathália Vince Esgalha. A discriminação contra religiões afro-brasileiras: um debate entre intolerância e racismo religioso no Estado brasileiro. **Revista Calundu**, v. 5, n. 2, 2021.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilégens, Juiz de Fora**, v. 18, n. 1, p. 30-46, 2021.

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lucia. As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. **Revista Acadêmica Licenças & Acturas**, v. 2, n. 1, p. 113-121, 2014.

LIMA, Tania Andrade. Práticas espirituais esquecidas: memória para a resistência das religiões afro-brasileiras. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 17, n. 2, p. 127-150, 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; CLARINDO, Adriely de Oliveira; CAMPOS, Mauro Macedo. Bruxas, curandeiras e benzedoras: existências e resistências. **Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque; MELO, Neusiane de Nazaré Coelho. Corpo afrorreligioso e resistência: caminhos para uma educação antirracista. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 11, n. 33, p. 89-111, 2020.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

OLIVEIRA, Halyson Rodrygo Silva. “O diabo esteve aqui”: feitiçaria, religiosidade popular e ação inquisitorial na capitania do rio grande (séc. XVIII). **Mnemosine Revista**, v. 12, n. 1, p. 52-66, 2021.

PARADISO, Silvio Ruiz. **Religião e Religiosidade nas Literaturas Africanas Pós-Coloniais: um olhar em Chinua Achebe e Mia Couto**. Becalete, 2019.

PEREIRA, Jefferson Rodrigues; SANTOS, José Vitor Palhares Dos; OLETO, Alice De Freitas. “Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?”: um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência à luz de um olhar decolonial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 21, p. e2022-0149, 2023.

PINHEIRO, Laydiane do Socorro Nascimento; NOBRE, Mariléia da Silveira. Intolerância e diversidade religiosa no ambiente escolar. **New York: Zoe Internacional University**, 2021.

PRANDI, Reginaldo. A dança dos caboclos. **Estudos Afro-Brasileiros**, v. 3, n. 2, p. 471-502, 2022.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista Usp**, n. 46, p. 52-65, 2000.

REIS, Marcos Vinicius De Freitas; LOPES, Tiago Jorge Sousa. Intolerância religiosa: um estudo sobre os casos de intolerância ocorridos no Terreiro de Candomblé Ilê Asé Ibi Olú Fonnim e com seus integrantes na vida social. **Correlatio**, v. 16, n. 1, p. 137-166, 2017.

ROLON, José Aparecido. **Religião e religiosidades no Brasil**. Editora Senac São Paulo, 2022.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Do local ao regional: reflexões sobre a produção histórica no campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2010-2022. In: **Anais eletrônicos XXXII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2023. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693016198_ARQUIVO_44c186f167c9feb34f4fcfbf2ee9a487a.pdf . Acesso 04/08/2024.

SANTOS, Ivanir. **Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro**. Pallas Editora, 2020.

SILVA, Pierre Possamai da. **Para além da demonização do guardião Exu: elogio ao hibridismo pós-colonial em processo de resistências nas religiões afro e brasileiras**. Criciúma: UNESC, 2017. (Graduação em História)

SILVA, Vagner Gonçalves (Ed.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. Edusp, 2007.

SILVA, Verônica Teles dos Santos; SILVA, Rosemary Francisca Neves. “Qual a Cor da Fé?”: perspectivas sobre o Racismo Religioso e o Silenciamento de Práticas Religiosas de Matriz Africana. **Diálogos e Perspectivas Interventivas (DIAPI)**, v. 4, p. e19460-e19460, 2023.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. A colônia; A situação das consciências na sociedade colonial, Colonizadores, Colonizados e atitudes religiosas. **A Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo, Ed. Ática, 1978.

SURIS, Andreia; DA SILVA, Eduardo Cristiano Hass. Adivinhação, Cura e Feitiçaria: Denúncias sobre práticas mágicas na última visitação do Santo Ofício na América Portuguesa (Grão-Pará, 1763-1769). **Revista Outras Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 151-172, 2021.

VIEIRA, Andreza da Silva; OLIVEIRA, Natália Cristina; NETTO, David Antonio de Castro. Religiosidade, educa o jesuítica e as Casas de B - -b  no Brasil colonial. **Revista Eletr nica História em Reflexão**, v. 13, n. 25, p. 35-54, 2019.